

Redução da dívida do Terceiro Mundo tem mais apoio

Reuters — 03.10.87

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Mais um sólido documento foi divulgado ontem, juntando-se à série de papéis publicados por estes dias nos países desenvolvidos, numa impressionante onda de apoio à adoção de medidas mais concretas para resolver a crise da dívida externa. Desta vez, um grupo de economistas, banqueiros e funcionários ressalta a necessidade de uma redução real do volume das dívidas dos países em desenvolvimento (perdão parcial voluntário pelos bancos), e do envio de verdadeiro dinheiro novo para que as nações endividadadas voltem a crescer.

William Rhodes, presidente do comitê de bancos credores do Brasil, foi um dos banqueiros que aprovaram o documento, mas ele fez questão de anexar uma ressalva, juntamente com outro integrante do grupo, um dos donos da firma de investimentos Shearman and Sterling. Eles dizem que, embora aceitem em termos gerais a declaração, sentem que ela "subestimou as conquistas, flexibilidade e inovação" obtidas através do atual processo de renegociação caso por caso.

Exemplo do Brasil — A ressalva de Rhodes cita o último pacote de renegociação obtido pelo Brasil como um exemplo concreto de que a redução real do volume da dívida, defendida no documento, já está sendo obtida na prática. "Pela primeira vez, o acordo com o Brasil combina opções de importantes reduções da dívida com dinheiro novo", acentua a ressalva anexada ao documento.

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Márcio Marques Moreira, o diretor executivo do Banco Mundial, Pedro Malan, e o ex-presidente do Banco Central Fernão Bracher, são os três brasileiros que participaram das discussões desse grupo de 27 membros, reunidos pelo conselho econômico de uma entidade privada, sem fins lucrativos — a Associação Americana das Nações Unidas.

Só houve um voto contra o relatório final, dado por Susan Segal, vice-presidente do Manufacturers Hanover Trust Company, que se manteve fiel à velha tese de que a única solução para a crise da dívida é manter o atual tipo de negociação, caso por caso. Para sustentar seu voto dissidente, ela também cita o caso do recente acordo obtido pelo Brasil, além da redução real de 28% da dívida chilena com instituições financeiras.

A primeira conclusão do documento é exportar os governos dos países ricos e encontrarem uma solução de consenso "que não somente preserve a estabilidade do sistema bancário, mas também permita que os países devedores retomem um estável crescimento e desenvolvimento econômico para o benefício de seus povos". Observa, então, que a atual política de frequentes renegociações caso por caso só conseguiu, até agora, alcançar o primeiros desses objetivos, ou seja, manter estável o sistema bancário.

"Bancos e devedores estão abertos a novos enfoques do problema da dívida. Mas os países industrializados, e também, até certo ponto, as instituições multilaterais, falharam em encorajar (...) a ten-



Rhodes: Acordo com Brasil combina opções importantes

dência no sentido da flexibilidade e da procura de soluções inovadoras para o problema da dívida", diz o documento.

Reformas — O grupo enfatiza, a seguir, que apóia fortemente a ênfase que vem sendo dada à necessidade de "reformas estruturais" nos países devedores. "Reformas domésticas são o ponto-chave para uma firme recuperação econômica até mesmo para os mais problemáticos países devedores", diz uma das conclusões. Se essas reformas não forem adotadas, acrescenta, qualquer esforço para reduzir o peso da dívida será em vão e o dinheiro novo acabará voltando para o exterior, na forma de fuga de capital.

Os integrantes do grupo reconheceram que é tão grande a diferença entre as divisas que saem dos países em desenvolvimento para pagar o serviço da dívida (juros e taxas) e as que entram em forma de dinheiro novo que mesmo a adoção de reformas efetivas não será suficiente para o início da recuperação econômica. Nesses casos, a recomendação é que os bancos e os governos credores devam ir em socorro desses países, para acabar com essa diferença.

Serviço — O documento afirma, porém, que a reabertura de novos programas de empréstimos aos países devedores poderá vir a ser dificultada pelas

atuais condições do mercado. Novamente, o Brasil é citado como exemplo, recordando-se que os títulos da dívida brasileira eram negociados em junho, no mercado secundário, a 50 centavos por um dólar, mesmo quando o acordo de renegociação já estava praticamente pronto.

Ainda assim, o grupo insiste em que "se deve procurar redução do serviço da dívida, como uma séria alternativa ou complemento para novos empréstimos. Esta pode ser a única alternativa para pequenos devedores, cujas dívidas já foram riscadas (dos livros) pelos bancos. Mas este enfoque, sozinho ou em combinação com outras medidas, pode também ser uma técnica efetiva para aliviar os problemas financeiros de grandes devedores".

Finalmente, o documento conclui que os governos dos países ricos devem colaborar nesses esquemas de redução das dívidas dos mais pobres e registra que foram levantadas preocupações no sentido de que a redução (perdão parcial) dos serviços da dívida desestimulariam novos empréstimos, mas a maioria discordou. "Se a redução do serviço da dívida for levada a cabo cooperativa e voluntariamente (...) vai valer a pena emprestar de novo mais cedo em vez de mais tarde".